

AO SR. PREGOEIRO GILSON SOARES DA CONCEIÇÃO DO TRIBUNAL ELEITORAL DA  
BAHIA – TRE-BA

A MEGAMIDIA BUSDOOR E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, com sede na Rua 5, Nº77, Arauana, Aracaju - SE, CEP: 49.000-644, inscrita no CNPJ sob o nº 18.975.648/0001-49, neste ato representada por FABIO PERRONE DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 447.902.795-53, vem respeitosamente apresentar

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2022 (processo nº 0003100- 06.2022.6.05.8000), que tem como objeto a “contratação de serviço de confecção de placas de sinalização”, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, com os fundamentos de fato e de direito que passa a expor, requerendo para tanto a sua apreciação, julgamento e admissão.

#### **1. – PRELIMINARMENTE**

É de se assinalar que a presente insurreição se encontra TEMPESTIVA, uma vez que protocolada dentro do prazo que prescreve o artigo 41, §2º. Da Lei Federal 8.666/93, “*in verbis*”:

*“§2º. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso”.* (Redação dada pela Lei n. 8.883, de 1994)

Bem como previsão editalícia, item 24.1:

*“Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.”*

A presente impugnação, portanto, com o prazo para a sua apresentação é de 03 dias úteis contados antes da data fixada para início da sessão, conforme item 18.3 do edital.

Dessa forma, o termo final do prazo para impugnar o edital se dá em 31/08/2022, razão pela qual a presente impugnação apresentada em 31/08/2022 deve ser conhecida e julgada.

## **2. - DOS FATOS**

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA pretende a contratação de empresa para fornecimento de serviço de confecção de placas de sinalização para Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme quantidades, condições e exigências estabelecidas no edital.

Porém, o edital da licitação contém vícios que o tornam ilegal no que tange a legislação em vigor e no que se referem ao objeto em alguns itens que possuem especificações incompletas, bem como, os itens comportam material/serviço com especificações divergentes das normas regular e alguns itens contém uma descrição e layout divergente.

Da análise presencialmente da documentação do processo em epigrafe, no tocante aos estudos preliminares, justificativas, termo de referência para edital notou-se irregularidade passível de impugnação, as quais passa-se a discorrer.

### **I – DA ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAIS DA SOLICITAÇÃO DA AREA REQUISITANTE QUANTO A ALTERAÇÃO DA ESPECIFICAÇÃO DE ALGUNS ITENS.**

Verificou que alguns itens constantes na descrição de material se encontram sem informações importantes ou divergente quanto as normativas regulamentar, devendo proceder com adequação para uma aquisição condizente com a necessidade da instituição e alguns itens com descrição divergente do layout apresentado, conforme observações a seguir:

**Os itens 15 a 21 - placa identificação** - Poliestireno ou PVC expandido, com 0,3 cm de espessura, nas dimensões de 15x30 cm, na cor branca e pictograma/dizeres em vinil calandrado nas cores branca, sobre fundo em vinil calandrado na cor verde. Moldura em vinil calandrado na cor branca... Placa padrão de sinalização de rota de fuga contra incêndio.

Trata-se de sinalização de emergência onde se verifica que em sua descrição do material de fabricação uma grande divergência, não deixando clara a padronização e destoante da padronização normativa de uma sinalização de emergência; outro ponto importante na sua

especificação é que as placas devem ser fotoluminescente e anti-chama; quanto a espessura torna-se inadequada e não possui especificação conforme exigência da NBR.

A IN 65/SEGES/ME em seu art. 4º, dispõe que deve ser observada as condições comerciais praticas, incluindo prazo e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, levando em conta os **riscos atribuídos ao contratado**.

É notório que a etapa de planejamento é fundamental para a especificação do termo de referência que é importantíssimo para uma compra de qualidade, eficiência e aplicabilidade correta da verba pública.

Vejamos o que dispõe o Decreto 10024/2019 em seu Artº 3, incisos I e IV, a esse respeito:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

...

IV - estudo técnico preliminar - documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência;

Art. 9º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas [Leis nº 8.666, de 1993](#), e [nº 10.520, de 2002](#), e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou **descrição do objeto**, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de **precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço**, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

...

§ 2º Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.

As dúvidas a respeito desse assunto foram há muito superadas pelo TCU, quando em 1982 emitiu a Súmula 177:

A **definição precisa e suficiente** do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.

O TCU emitiu diversos pronunciamentos, a respeito da definição correta do que se quer contratar, dentre os quais se destacam:

Acórdão 2927/2009 – Plenário

Enunciado

A correta definição do objeto no projeto básico é condição inafastável para sua legitimidade, pois constitui elemento indispensável à efetiva observância dos princípios constitucionais da isonomia e da publicidade.

.....  
Acórdão 1606/2015 – Plenário

Enunciado

A inobservância de advertência da assessoria jurídica do órgão quanto à necessidade de definição precisa e suficiente do objeto licitado, de que resulte contratação antieconômica, enseja aplicação de multa ao responsável, ainda que não se verifique má-fé em sua conduta.

De acordo com a Lei Geral de Licitações nº 8.666/93:

Artigo 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que **comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

II – estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Além disso, a mesma lei estabelece normas para aquisição de bens. Em seu artigo 15, parágrafo 7º, inciso I, estipula que deve haver a especificação completa do bem a ser adquirido.

O termo de referência é a peça no processo de aquisição em que a administração solicita no edital o que as áreas requisitantes necessitam e o fornecedor terá ciência e norteará a sua análise de capacidade para fornecimento.

Tendo em vista, o que foi exposto solicito a essa comissão de licitação, através de seu pregoeiro, a alteração do termo de referência conforme solicitação já mencionada.

## PEDIDO

Ante o exposto, requer o acolhimento da presente impugnação pela Sra. Pregoeira para o fim de determinar:

- a) Que a presente impugnação seja conhecida por ser tempestiva, bem como provida vez que fundamentada nos preceitos legais vigentes;
- b) Seja provida a impugnação relativa aos fundamentos expostos, a fim de que seja, corrigida especificação dos itens e revisados os valores estimados, posto que estão em desacordo com as normativas atuais, de forma que sejam estipulados novos

valores compatíveis com a especificação, tipo da prestação, de acordo com a prática do mercado e garanta a sobrevivência do negócio.

- c) Que seja realizada uma nova especificação para os itens que foi detectado a especificação divergente a norma de segurança.
- d) Que o edital e seus anexos sejam retificados, conforme disposto no art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993;
- e) Após as retificações acima, seja designada nova data para a realização do certame, nos termos do art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/1993.

Caso o entendimento não seja este, que a presente impugnação seja submetida ao julgamento da autoridade superior do Tribunal Eleitoral da Bahia.

Aracaju-SE, 31 de agosto de 2022.

MEGAMIDIA BUSDOOR E COMUNICAÇÃO VISUAL

Fabio Perrone da Silva

Sócio